

A LINGUAGEM ALEGÓRICA NO SERMÃO DA PRIMEIRA DOMINGA DA QUARESMA

Prof^a Ms. Marcelle Ventura Carvalho (UEPB – Campus VI)

Pretende-se desenvolver o estudo das alegorias no Sermão da Primeira Domingo da Quaresma de Padre Antônio Vieira, ressaltando o fim religioso e político que as direciona. Na prédica vieiriana, as alegorias ou metáforas continuadas distanciam-se de sua função primeira estabelecida pela retórica antiga e se transformam em prova retórica com a qual Vieira deseja persuadir o povo e nobreza da colônia portuguesa e interferir na política colonial portuguesa.

O *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma* pode ser dividido em duas tópicas que se interligam: a tentação do demônio e os cativeiros ilícitos. No exórdio, Vieira recupera a passagem das tentações do demônio a Cristo e as apresenta diante da “nobreza e povo do Maranhão”. Diz ele, textualmente:

Três foram as tentações, com que o demônio hoje acometeu a Cristo: na primeira ofereceu: *Dic ut lapides isti Panes fiant*: que fizesse das pedras pão; na segunda aconselhou: *Mitte te deorsum*: que se deitasse daquela torre abaixo; na terceira pediu: *Si cadens adoraveris me*: que caído o adorasse. Vede que ofertas, vede que conselhos, vede que petições! Oferece pedras, aconselha precipícios, pede caídas. E com isto ser assim, estas são as ofertas que nós aceitamos, estes os conselhos que seguimos, estas as petições que concedemos (VIEIRA, 2000, p. 453).

A passagem bíblica, ocorrida séculos anteriores, é acomodada por Vieira para sugerir alegoricamente uma analogia com a conjuntura atual do Maranhão. A analogia dar-se-ia nestes termos: o Demônio tentou Cristo do mesmo modo que tenta o povo do Maranhão. O anjo mau pediu a Cristo que transformasse pedra em pão, que pulasse do precipício, que o adorasse em troca do mundo. De modo semelhante, o demônio pede transformação, queda e adoração à nobreza e ao povo do Maranhão, visto que ao transformarem o

índio em escravo, os colonos caem no precipício do pecado, transgredindo a lei de Deus; nesta queda, o povo se ajoelha e idolatra o príncipe das trevas metaforizado como avareza, “pois a cobiça e a avareza são a mesma idolatria”. De que tipo de analogia lançou mão Vieira nessa passagem? Da analogia de proporção, correlacionando simetricamente os elementos de modo que A está para B, assim com C está para D.

O orador faz uso dos procedimentos da alegoria factual, visto que o fato bíblico é posto como prefiguração de outro fato. As tentações de Cristo são prefigurações das tentações no Maranhão. Assim tem-se que as tentações de Cristo são um *topoi*, um lugar-comum da *inventio* retórica, que serve como argumento para qualquer tentação no mundo. Esse modelo de tentação pode ser correlacionado indefinidamente, visto que qualquer tentação tem estes elementos: o tentador, o tentado, as tentações e um resultado, ou se vence as tentações ou por ela se é vencido.

A agudeza de Vieira está em aproximar os dois fatos no tempo, está em descobrir analogias. As Escrituras são, portanto, biblioteca universal, em que todas as ações humanas estão relatadas em suas linhas. Assim sendo, o homem não inventa nada, porque o amor, o ódio, a tentação, a inveja, a guerra, a paz, a traição, a calúnia etc, já foram descritos no texto bíblico. O homem apenas repete a “História”.

No decorrer da prédica, Vieira trata da última tentação, a da adoração. Segundo ele, a tentação “mais própria desta terra em que estamos”. Além do que, a adoração é a tentação de que o diabo mais se fiava, porque a reservou para o final, como o golpe fatal. “Mas hoje lha havemos de quebrar os olhos”, ou seja, mostrá-la em imagem, para que se veja o que fazem a avareza e a idolatria, isto é, as articulações do demônio. Dentre os cinco sentidos humanos, a visão e tudo o que com ela se correlaciona como por exemplo: imagem, olhar, vista, olhos etc., adquirem nas homilias de Vieira, e no próprio barroco, importância fundamental. Assim, as imagens e seus detalhes são artifícios de persuasão, como diz o próprio Vieira no *Sermão da Sexagésima*: “A razão disto, é porque as palavras ouvem-se, as obras vêem-se; as palavras entram pelos ouvidos, as obras entram pelos olhos e a nossa alma rende-se muito mais pelos olhos que pelo ouvidos”. (2000, p. 37).

No mesmo discurso, Vieira faz alusão ao seguinte fato bíblico:

Quando Judas estava na Ceia, já o diabo estava em Judas: *Cum jam diabolus misisset in cor, ut traderet eum Judas*. Vendo cristo que o demônio lhe levava aquela alma, põe-se de joelhos aos

pés de Judas, para lhos lavar, e pra converter. Tá, Senhor meu, reparaí no que fazes: não vedes que o demônio está assentado no coração de Judas? Não vedes que em Judas está revestido o demônio, e vós mesmo o disseste: *Unus ex vobis diabolus est*. Pois será bem que Cristo esteja ajoelhado aos pés do demônio? Cristo ajoelhado aos pés de Judas, assombro é, pasmo é; mas Cristo ajoelhado, Cristo de joelhos diante do diabo? Sim. Quando lhe oferecia o mundo, não o pôde conseguir: tanto que lhe quis levar uma alma, logo o teve aos seus pés. Para que acabemos de entender os homens cegos, que mais vale a alma de cada um de nós, que todo um mundo. (2000, p. 454-455).

Nessa passagem de Judas, outra imagem recuperada por Vieira, o discípulo impelido pela cobiça vende o Mestre e Salvador de sua alma por trinta dinheiros. Cristo ajoelha-se aos pés de Judas para convertê-lo, para salvá-lo. A posse do mundo, como foi percebido na passagem anterior, não é suficiente para que Jesus se curve diante do anjo das trevas. Já a perda de uma alma basta para que fique de joelhos. O Salvador nega-se a aceitar a posse do mundo e morre na cruz para salvar almas. Essa passagem não é gratuita no sermão, há um sentido velado, uma alegoria que precisa ser decifrada: Judas, cristão, companheiro e seguidor do Messias, afasta-se do mestre devido à cobiça; Cristo, ao contrário de Judas, sabe quanto vale uma alma e por isso a estima é o que se conclui quando o Filho de Deus assevera: “vale mais uma alma que todo o mundo”. O Mestre ajoelha-se, submisso, para resgatar a alma de Judas e depois morre para salvar as almas de todos. As almas valem o sangue, a morte e a dor de Cristo. Transpondo-se esse enredo para o Maranhão, que se tem? Os colonos e colonizadores cristãos, assim como Judas, movidos pela cobiça se afastam de Cristo. Os jesuítas, assim como Jesus, tentam resgatar a alma dos colonos que se encontram em pecado, afastados de Deus. Para salvar essas almas, vale o sacrifício de abandonar a pátria, de se embrenhar pelo sertão; vale a humilhação de passar fome e de até morrer, como muitos representantes da Companhia de Jesus morreram em naufrágios e nas mãos dos índios.

Novamente, tem-se a analogia de proporção na construção da alegoria factual. Judas, cristão, está para os colonos, também cristãos, assim como os trinta dinheiros estão para as fazendas do Maranhão, assim como Cristo está para os jesuítas. A passagem de Judas é um *topoi* religioso, um lugar-comum que serve para qualquer argumentação com a qual se mostra o valor das almas.

Ao longo da prédica, sempre comparando os fatos bíblicos com a situação do Maranhão, Vieira metaforiza o demônio não mais como cobiça, mas como o próprio índio que vende escravos aos portugueses:

A que diferente preço compra hoje o demônio as almas, do que oferecia por elas antigamente! Já nesta nossa terra vos digo eu! Nenhuma feira tem o demônio no mundo, onde lhe saiam mais baratas: no nosso Evangelho ofereceu todos os reinos do mundo por uma alma: no Maranhão não é necessário ao demônio tanta bolsa para comprar todas: não é necessário oferecer mundos: não é necessário oferecer Reinos: não é necessário oferecer Cidades, nem Vilas, nem Aldeias. Basta acenar **o diabo com um tujupar de pindoba, e dois Tapuias**; e logo está adorado com ambos os joelhos: *Si cadens adoraveris Me*. Oh! Que feira tão barata! Negro por alma; e mais negra ela que ele! Esse negro será teu escravo esses poucos dias que viver: e a tua alma será minha escrava por toda a eternidade, enquanto Deus for Deus. Este é o contrato que o demônio faz convosco, e não só lho aceitais, senão que lhe dais o vosso dinheiro em cima (2000, p. 458. grifo nosso).

O motivo de se perder a alma no Maranhão é aceitar essas ofertas e manter os índios escravizados. Para o colono afastar-se do pecado e salvar suas almas, Vieira diz: “Sabeis, Cristãos, sabeis Nobreza e Povo do Maranhão qual é o jejum que Deus quer de vós nesta Quaresma? [...] que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do Maranhão”. Em seguida, Vieira narra a passagem bíblica:

Desceram os filhos de Israel ao Egito, e depois da morte de José, cativou-os EL-Rei Faraó, e servia-se deles como escravos. Quis Deus dar liberdade a este miserável povo, mandou lá Moisés, e não lhe deu mais escolta que uma vara. Achou Deus que para pôr em liberdade cativos, basta uma vara, ainda que fosse libertá-los de um Rei tão tirano como o Faraó, e de uma gente tão bárbara como a do Egito. Não quis Faraó dar liberdade aos cativos; começam a chover as pragas sobre ele. A terra se convertia em rãs: o ar se convertia em mosquito: os rios se convertiam em sangue: as nuvens se convertiam em raios e em corisco: todo o Egito assombrado e perecendo! Sabeis quem traz as pragas às terras? Cativados injustos. Insistiu e apertou mais Moisés, para que Faraó largasse o povo; e que respondeu Faraó? Disse uma coisa e fez outra. O que disse foi: *Nescio Dominum, et Israel non dimittam*: Não conheço a Deus; não hei de dar liberdade aos cativos. [...] O que fez foi que fugindo todos os Israelitas cativos, sai o mesmo Rei Faraó com todo o poder de seu reino para os tornar ao cativo; e o que aconteceu? Abre-se o mar Vermelho, para que passassem os cativos a pé enxuto. [...] Passados á outra banda do mar Vermelho, entra faraó pela mesma estrada, que ainda estava aberta, e o mar de um e outra parte como em muralhas, caem sobre ele e sobre o seu exército as águas, e afogaram-se todos. O que aqui reparo, é o modo com que conta isto Moisés no seu cântico: *Operuit eos maré: submersi sunt quase plumbum in aquis vehementibus. Extendisti manum tuam, et devoravit eos terra*: que caiu sobre eles, e os afogou o mar, e os engoliu a terra. Pois se os afogou o mar, como os trago a terra? Tudo foi; aqueles homens, como nós, tinham corpo e alma; os corpos

afogou-os a água; porque ficaram no fundo do mar: as almas tragou-as a terra: porque desceram ao fundo do inferno. Todos ao inferno, sem ficar nenhum; porque onde todos perseguem, e todos cativam, todos se condenam. (VIEIRA, 2000, p. 459-460).

O orador cita detalhadamente o Êxodo dos Hebreus, referente ao capítulo de 1 – 15. O objetivo do orador é provar que ao manter os índios em cativo, o povo e a nobreza do Maranhão incorrem em pecado mortal, visto incitarem a ira de Deus, que é historicamente avesso à escravidão injusta. Mas, por que tantos detalhes nessa passagem? Porque o jesuíta, veladamente, faz analogia entre o êxodo e suas personagens com o Maranhão e seus habitantes.

Veja-se: a nobreza do Maranhão, no molde do Faraó, escraviza índios que trabalham impiedosamente nas suas terras, tendo sido “resgatados” no sertão. Vieira e outros religiosos, a exemplo de Moisés, defendem a liberdade dos cativos, como porta-vozes de Deus. Mas a falta de fé da nobreza e do povo do Maranhão, assim como a do Faraó e do seu exército, faz com que essas personagens estimem mais a riqueza adquirida com o sangue alheio, do que a alma. Deus, enraivecido, amaldiçoa a Colônia com a morte e a fuga dos índios e com a presença ameaçadora dos holandeses.

Isso implica que, caso os índios não sejam libertados, o futuro da nobreza e do povo do Maranhão assemelhar-se-ão ao fim do Faraó e de seu exército, visto que serão granjeados pelo demônio, indo todos ao inferno em pecado mortal, pois “a falta de fé é a causa de tudo. Se vós tivéreis verdadeira Fé, [...], se vós crêis que há inferno para toda a eternidade; bem me rio eu que quisésseis ir lá pelo cativo de um Tapuia” (VIEIRA, 2000, p. 460).

Sempre lançando mão de analogias de proporção que caracterizam as alegorias factuais, Vieira recupera passagens bíblicas, acomodando-as ao seu intento persuasivo. Para se descobrir o objetivo do jesuíta, deve-se fazer a analogia entre o assunto da prédica, a prática de Vieira e o contexto histórico.

Com efeito, após vários anos na corte, Vieira chega ao Maranhão em 16 ou 17 de janeiro de 1653. Ele veio com o propósito de restabelecer a Companhia de Jesus após um hiato de quatro anos, quando Luís Figueira e outros jesuítas foram mortos pelos índios, em 1649. (AZEVEDO apud SANTOS). Que encontrou Vieira ao desembarcar? O Maranhão o recebeu em estado de falência moral e política. A religião agonizava numa região sem

missa, sem matriz, sem sacramento ou confissão. Ao passo que as intrigas, os ódios, os falsos testemunhos, os roubos e a corrupção viviam em plena mocidade nos hábitos dos colonos. Para estes o índio era “fonte desejável e insubstituível de trabalho” (FERNANDES, apud HOLANDA, 1989, p. 82). Eis como o jesuíta apresenta o Maranhão ao rei D. João IV numa de suas missivas:

[...] temo que aconteça ao Maranhão o que nas enfermidades agudas, que entre as receitas e os remédios piore o enfermo de maneira que, quando se lhe vêm a aplicar, é necessário que sejam outros mais eficazes. Tudo neste Estado tem destruído a demasiada cobiça dos que governam, e ainda depois de, tão acabada não acabam de continuar os meios de mais o consumir. O Maranhão e o Pará é uma Rochela de Portugal, e uma conquista por conquistar, e uma terra onde V.M. é nomeado, mas não obedecido. (apud SANTOS, 1997, p. 45).

De fato, as leis régias eram desprezadas. Em 1653, a praça de São Luís, no Maranhão, armara-se, por ordem do procurador Manuel Guedes de Aranha, diante da publicação da lei régia libertando os índios escravizados. Dois procuradores, anjos guardiões dos interesses dos colonos, partem para Lisboa com o propósito de dissuadir o rei de suas decisões, anseiam o direito de submeter o indígena que “passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano” (FERNANDES apud HOLANDA, 1989, p. 83). Em sentido inverso, um jesuíta, valido do rei, crente na missão apostólica de Portugal, anseia por reconquistar esta terra para *Ad majorem Dei gloriam*, a “salvação vieiriana não se interessa senão pelo que pode operar uma macroconversão” (PÉCORA, 1994, p. 261).

[O]Estado do Maranhão constituído por decreto real de 13 de junho de 1621, compreendia as províncias do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Alto Amazonas. Esta região, desde o fim da curta ocupação holandesa, 1641-1644, gozou daí em diante de contínua e completa tranquilidade externa, somente interrompida

passageiramente por insignificantes hostilidades de fronteira com os franceses de Caiena, os espanhóis da Colômbia e do Peru. Por outro lado, a paz interior foi diversas vezes perturbada com guerras civis; a razão delas estava na controvérsia de princípios, que se travou desde os começos da colonização brasileira, a respeito dos indígenas.(HANDELMANN apud SANTOS, 1997, p. 45).

O conflito entre os colonos e o jesuíta é inevitável. Aqueles se negam a abdicar do suor e sangue dos Tapuias. Instala-se a tensão na Colônia, e Vieira se instala no púlpito transformando-o em meio de intervenção política. Com esse espírito combativo, o pregador inicia sua missão com o *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma*, em solo maranhense, no ano de 1653. Seus ouvintes: a Nobreza e o povo do Maranhão. Seu tema: escravização dos indígenas e salvação da alma. Seu objetivo: persuadir o público de que a salvação de suas almas depende da salvação da alma indígena. É interessante ressaltar que o assunto do sermão segue “[...] a celebração do calendário litúrgico no interior da missa” (PÉCORA, 1994, p. 263); o sermão em análise é pregado obviamente durante a Quaresma, período de quarenta dias, que se caracteriza pela preparação para a Páscoa. A Páscoa é, para a Igreja, a festa em que se comemora a plenitude de Cristo, a passagem para uma vida superior. A Páscoa era também a principal festa, em Israel, na qual os judeus louvavam e davam graças a Deus pelas proezas realizadas em favor de seu povo, particularmente no êxodo ou saída do Egito, isto é, a passagem da escravidão para a liberdade.

O sermão, pregado na Quaresma, visa preparar o ouvinte-colono para a Páscoa, libertando os índios da escravidão e preparando suas almas, livres do pecado, para participarem da plenitude de Cristo. Costurando, como já se viu, fatos bíblicos e a conjuntura atual, Vieira prova que o auditório se encontra em pecado mortal por manter os índios em cativeiro, e que as almas dos ouvintes, assim como a do Faraó, irão, indubitavelmente, para o inferno; ao menos que, repensando seus atos, examinando suas consciências, façam com que:

Saiba o mundo, saibam os Hereges e os Gentios, que não se enganou Deus, quando fez aos Portugueses Conquistadores e Pregadores

do seu Santo nome. Saiba o mundo que ainda há verdade, que ainda há temor de Deus, que ainda há alma, que ainda há consciência, e que não é o interesse tão absoluto, e tão universal senhor de tudo, como se cuida. Saiba o mundo que ainda há quem por amor de Deus, e a sua salvação, meta debaixo dos pés interesses (VIEIRA, 2000, p. 465).

Diante dos colonos, dificultadores da catequese, o jesuíta deseja mover seus ânimos em favor da missão. Nesse momento delicado, no qual há o confronto de interesses, o sermão do padre Antônio Vieira é o esteio que promove frágil proteção, visto que, segundo Florestan Fernandes, “[...] os jesuítas encarregados da catequese se constituíram no elemento moderador entre as pretensões dos colonos e as prerrogativas ancestrais dos gentios (apud HOLANDA, 1989, p. 69).

No *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma*, o pregador apresenta ao ouvinte um regulamento, escrito do próprio punho, em que orienta as entradas ao sertão com a finalidade de promover os resgates, bem como a distribuição dos índios capturados entre os moradores e as aldeias de El-Rei, de forma que os gentios, em sua maioria livres, com exceção dos adquiridos em corda, trabalhem para os colonos durante seis meses ao ano em troca de pano de algodão. Isso conforme decisão do governador, do ouvidor geral, do vigário do Maranhão e do Pará e dos prelados das quatro religiões. Ao apresentar o regulamento, o orador faz uma proposta deliberativa, intervindo na política colonial.

O Maranhão configura-se para Vieira não apenas como o espaço de orientação religiosa, mas também como espaço político. Desse modo ele diligencia os argumentos para adquirir o monopólio da alma do índio e do colono. Ele costura a conjuntura social da Colônia com a passagem bíblica, provando, com as Palavras de Deus, a legitimidade do que sugere. Mas, que há de divino na regulamentação de resgates que extraem o índio de sua condição natural escravizando muitos deles?

No Êxodo, livro usado por Vieira nessa prédica, encontram-se também as instruções do “Código da Aliança”, em que Deus determina o direito dos escravos quando diz: “Quando comprares um escravo hebreu, ele servirá seis anos; no sétimo sairá livre, sem pagar nada” (Êxodo 21). Do que se infere que o jesuíta, assim como Deus, não era contra a escravidão, mas contra a

escravidão ilícita. Não se pode perder de vista que o Antigo e o Novo Testamento eram depósitos de provas que justificavam a ação jesuítica no mundo, principalmente sua ação política (PÉCORA, 1994, 269). E essa ação é tão influente que Vieira, com esse discurso, conseguiu aplacar o ânimo dos moradores, promovendo certa temperança nos conflitos, ao menos durante seis anos subseqüentes.

A influência e o prestígio político de Vieira são tão singulares que em carta a El-Rei, em 6 de abril de 1654, ele sugere o seguinte:

[...] uma reforma e mudança radical no mesmo governo, em plano dividido em dezenove capítulos, cujas disposições foram depois quase literalmente copiadas e promulgadas como lei na provisão de 9 de abril de 1655, e no regimento dos governadores de 14 de mesmo mês e ano (LISBOA, 1970, p. 302).

Provido dessa lei, o jesuíta e os demais padres da Companhia de Jesus conseguiram “[...] o exclusivo das missões de que ele próprio foi declarado chefe ou superior com um poder quase ilimitado” (Ibid., p. 316). Ao jesuíta cabia delimitar o tempo, o lugar e o número de entradas, além de servir-se de uma guarda militar com cabo de sua escolha; a decisão quanto à repartição, ao salário e ao serviço dos índios também ficou a cargo do missionário.

Na mesma proporção em que crescia o domínio da Companhia de Jesus aumentava o ódio incontrolável dos colonos, que alegavam a nulidade da missão jesuítica, visto que a “[...] paz do nheengaibas não passava de uma verdadeira impostura” (LISBOA, 1970, p. 365), pois os índios continuavam com os antigos hábitos selvagens e antropofágicos, carecidos da luz do Evangelho, ao mesmo tempo em que de “fiéis” foram transformados em mão-de-obra nas aldeias jesuítica de El-Rei, mas,

Até 1659 esta luta se conteve dentro dos limites de uma certa moderação; porém, nos últimos dois anos tomou caráter mais decidido. Reiteraram-se as representações dos senados das duas capitanias, quer à rainha regente em Lisboa, quer ao governador D. Pedro de Melo,

residente em São Luís, e enviaram-se comissários ou procuradores para pessoalmente fazerem valer as queixas do povo. (Ibid., p. 364).

Apimentando-se ainda mais as tensões com a inexplicável posse, pelos adversários de Vieira, das cartas escritas pelo jesuíta ao Bispo do Japão, nas quais se referia às necessidades das missões e “descia ainda ao particular de escrever das vidas alheias, pintando com vivas e sem dúvida negras cores aos mais de seus antagonistas” (Ibid., p. 367).

A situação inflama-se e Vieira, sem o escudo real de D. João IV, morto em 1656, e sem o apoio do aliado capitão-mor do Maranhão, Antônio Vidal de Negreiros, que fora exonerado e substituído pelo capitão-mor Pedro Mello defensor dos interesses dos colonos, viu-se sitiado pelo povo do Maranhão e expulso energicamente daquela região que antes fora o horizonte de expectativas na realização de seu profetismo. Vence o demônio esta tentação; Deus está longe do Maranhão, pois “[...] o reconhecimento de uma vontade nacional, isto sim, parece a Vieira um índice seguro da aproximação de Deus” (PÉCORA, 1994, p. 262). Mas o Pregador – convicto da missão apostólica dos lusitanos, em que Portugal é “uma nação-instrumento que prepara a comunhão humano-divino” (PÉCORA 1994, p. 262) –, clama, no belíssimo *Sermão da Epifania*, diante da rainha regente de Portugal D. Luísa de Gusmão e de sua corte, na Capela Real de Lisboa, no ano de 1662, que não aborte a Missão do Maranhão, pois essa região é o lugar em que ocorreu alegoricamente a Segunda Criação, e onde ocorrerá a Segunda Epifania. Tem-se, portanto, dois sermões, da Quaresma e da Epifania, que delimitam respectivamente o início e o fim de um tempo: o tempo da Missão do Maranhão (SANTOS, 1997, p.35), onde o orador elaborou engenhosamente as mais brilhantes alegorias sobre o estado da colônia e dos seus habitantes.

A alegoria é, portanto, a grande dama dos sermões de Vieira. Utilizo o termo “dama” em duas acepções. *Dama*, figura importante que se destaca entre as demais; *Dama*, assim como no jogo de xadrez, é uma peça que se move em todas as direções, adequando-se ao diversos sentidos em que o orador queira emprega-la.

Esse recurso alegórico é recorrente em literatura. Desde a retórica antiga essa figura de linguagem fazia parte dos chamados embelezadores do discurso e ajudavam a elaborar o *belo* discurso persuasivo. No entanto, na prédica de Vieira, a alegoria ou metáfora continuada torna-se mais que ornamento, ela se transforma em instrumento e prova retórica com a qual Vieira

justifica sua ação na Companhia de Jesus e interfere deliberativamente na política portuguesa d'além mar. Como se demonstrou nesse artigo, o orador interpretava os acontecimentos bíblicos como prefiguração dos fatos que ocorreriam na colônia. A passagem da tentação do demônio, da traição de Judas e do Êxodo dos Hebreus não desempenham, necessariamente, a função ornamento, mas são provas seguras e objetivas da veracidade da interpretação que Vieira faz do seu tempo. Um tempo em que se acreditava que a História era cíclica; alteravam-se as personagens, mas o enredo se repetia alegoricamente no cotidiano da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de Antônio Pinto Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, [1998]. 290 p.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução do Centro Bíblico Católico. 38. ed. São Paulo: Claretiana, 1982.
- HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. 2. ed. São Paulo: Atual, 1987. 112 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. et al. *História geral da civilização brasileira*. 8. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. 379 p. v. 1, t. 1.
- LISBOA, João Francisco. *Vida do padre Antônio Vieira*. São Paulo: W M. JACKSON, 1970. 394 p.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1994. 286 p.
- PEDRO, Aquilino de. *Dicionário de termos religiosos e afins*. São Paulo: Santuário, 1993. 368 p.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O pináculo do temp(l)o: o sermão do padre Antônio Vieira e o Maranhão do século XVII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. 106 p.
- _____. *Sermões Padre Antônio Vieira*. Organização e introdução: Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000. 661 p. Tomo 1.
- _____. *Sermões Padre Antônio Vieira*. Organização e introdução Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001. 603 p. Tomo 2.